



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E A EMPRESA_____.

Contrato nº _____/2.017.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **Prefeitura Municipal de Birigui**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **Cristiano Salmeirão**, brasileiro, advogado, casado, RG nº 23.157.523-3, CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada CONTRATADA, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA, COMPREENDENDO CONSULTORIA, GERENCIAMENTO DE PROJETOS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA NECESSÁRIOS AOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO, objeto da Tomada de Preços nº XX/2.017.

1.1.1 A contratada deverá atender o disposto no Anexo II – Termo de Referência da Tomada de Preços nº 01/2017.

1.1.2 A contratada deverá cumprir uma carga horária de 60 (sessenta) horas técnicas mensais do Profissional Responsável Técnico pelos serviços contratados.

Contrato nº _____/2.017–entre Prefeitura Municipal de Birigui e a empresa _____.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



1.1.3 Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto.

1.1.4 A contratada deverá elaborar folha de pagamento específica para a prestação de serviço, objeto do contrato, apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

1.1.5 A contratada deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na prestação de serviço, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

1.1.6 A contratada deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

1.1.7 A contratada deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento;

1.1.8 A contratada, bem como seu responsável técnico, não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação que contratará empresa para execução da obra, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

1.1.9 A contratada e eventuais subcontratadas deverão observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15º REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1- A **Contratada** obriga-se a executar os serviços descritos no objeto deste contrato com base nos preços unitários e total ofertados, fixos e irrevogáveis.

2.2- **Dá-se ao presente contrato o valor global total de:**
R\$ _____ (_____).



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



2.3- Nos preços acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da **Contratada** até a aceitação final por parte da **Prefeitura**.

Cláusula 3ª - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

3.1- A Contratada deverá executar os serviços no decorrer da vigência contratual, após o recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, na proporção estabelecida e conforme Termo de Referência constante do Anexo II do Edital; quando da não especificação, prevalecerão as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), podendo ser renovado, se houver interesse da Administração, respeitando o limite previsto para a modalidade Tomada de Preços.

3.2 O Contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar de sua publicação resumida na Imprensa Oficial.

Cláusula 4ª - DO PAGAMENTO

4.1 A Prefeitura efetuará o pagamento à Contratada da seguinte forma: o pagamento deverá ocorrer mensalmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços, relatórios mensais descrevendo as atividades desenvolvidas no período e apresentação dos documentos de cobrança, sendo que a primeira fatura deverá ser apresentada 30 (trinta) dias após a expedição da O.S. - Ordem de Serviço pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

4.1.1- O ISS sobre cada fatura será retido na fonte, conforme Lei Complementar nº 9 de 29/12/2003;

4.1.2 Para fins de recebimento, a contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade com o Sistema de Seguridade Social e com a Justiça do Trabalho, juntamente com cada documento de cobrança emitido.

4.1.3 A Contratada deverá inserir nas Notas Fiscais os dados bancários de sua empresa (nome do banco, número da agência e da conta-corrente), bem como o número do empenho.

4.2 Ao final dos serviços a empresa deverá apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos do INSS - CND, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93 e artigos 383, 405, 406 e 423 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.2.1 A Prefeitura reterá o pagamento do valor que corresponda aos encargos do INSS incidentes sobre o serviço, enquanto não apresentada a CND.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



4.2.1.1 A apuração dos encargos terá por base o disposto no artigo 164 da Instrução Normativa RFB n 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3- A Prefeitura efetuará os pagamentos, através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta-Corrente da Contratada;

4.3.1 Os dados bancários informados nas Notas Fiscais, deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da contratada.

4.4 Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à Contratada, que se obriga a substituí-los na forma exigida;

4.4.1 Fica vedada à Contratada a emissão de duplicatas para representação de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do presente contrato

4.5- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador-judicial, ou se o administrador-judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.5.1- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.6- A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 4.5 e 4.5.1 assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

Cláusula 5ª - DOS RECURSOS

5.1- Referida contratação onerará a(s) dotação(ões):

5.1.1 nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.085/3.3.90.35.00 – Ficha nº 936 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto – Recursos Próprios.

Cláusula 6ª - DAS PENALIDADES

6.1 A Contratada que descumprir alguma das exigências deste contrato estará sujeita à aplicação do Decreto Municipal nº 5.385/2.015 e das seguintes Sanções Administrativas:

6.1.1 Pelo descumprimento da cláusula 1.1.1 do presente instrumento contratual e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8666/93, conforme o caso.

6.2 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra; as multas previstas têm caráter moratório, consequentemente, o seu pagamento não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1- A **Prefeitura** poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:

7.1.1 o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

7.1.2 o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

7.1.3 a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

7.1.4 o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;

7.1.5 a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

7.1.6 a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

7.1.7 o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

7.1.8 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.1.9 a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

7.1.10 a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

7.1.11 a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



7.1.12 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

7.2 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.3 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 8ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1- A **Contratada** deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a realização do serviço;

8.2- A **Contratada** deverá executar o serviço rigorosamente de acordo com o Termo de Referência constante do Anexo II do Edital da Tomada de Preços nº XX/2017;

8.3- A **Contratada** responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venha a causar a terceiros, por sua culpa, negligência ou imperícia;

8.4- A **Contratada** deverá ser assistida na medição que será realizada pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto;

8.5- A **Contratada** deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir total ou parcialmente às suas expensas, serviços, objeto do contrato em que se verifiquem defeitos, incorreções resultantes da execução irregular dos serviços por ela executados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo;

8.6- A **Contratada** não transferirá no todo ou em parte, serviços objeto do contrato, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal, ressalvadas as subempreitadas de serviços especializados, as quais serão previamente comunicadas ao Setor responsável para autorização;

8.7- Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93;

8.8 Os funcionários da **Contratada** deverão usar E.P.I. e E.P.C., quando necessários e de acordo com a lei que rege a matéria de Segurança e Medicina do Trabalho.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



8.9 A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, conforme art. 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 9ª- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1- A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, e/ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

9.2- A fiscalização por parte da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto ficará assegurado o direito de:

9.2.1- exigir o cumprimento integral dos projetos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços.

9.2.2- rejeitar todo e qualquer objeto de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua correção.

9.2.3- exigir a imediata substituição do técnico que não corresponda técnica ou disciplinarmente às necessidades do serviço, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais.

9.2.4- decidir quanto a aceitação do objeto “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior.

9.2.5- qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada.

9.3 A fiscalização por parte do Engenheiro de Segurança do Trabalho ficará assegurado o direito de:

9.3.1 fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas cláusulas 1.1.1 e 1.1.7 do presente instrumento contratual, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do presente instrumento contratual.

9.3.2 Providenciar, através de agentes do SESMT, acompanhamentos sistêmicos a fim de observar se a Empresa está cumprindo, em relação a seus empregados, as



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



normas relativas à área de segurança e medicina do trabalho, procedendo aos registros e notificações pertinentes;

9.4 À fiscalização por parte do Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças ficará assegurado o direito de:

9.4.1 Acompanhar se os empregados que trabalham nos serviços correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento.

Cláusula 10ª - DIVERSOS

10.1 O recebimento definitivo dos serviços dar-se-ão 60 (sessenta) dias, após o recebimento provisório na forma estabelecida no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e parágrafos.

10.2 A **Contratada** deverá iniciar os Serviços em até 03 (três) dias úteis após a Liberação da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

10.3 A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador-judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

10.4 Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93;

10.4.1 Durante a vigência do contrato, os preços deverão ser fixos e irreajustáveis, de acordo com o disposto no art. 28, § 3º, inc. III da Lei Federal nº 9.069/95;

10.4.2 Decorrido o prazo da execução do contrato e, caso haja vantajosidade e interesse da Administração na renovação contratual, os preços poderão ser reajustados, desde que requerido pela contratada e demonstrada a vantajosidade, utilizando-se o índice IPCA-IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, tomando-se por base a data de abertura da proposta.

Cláusula 11ª – DA GESTÃO

11.1- Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, fica(m) definido(s) como Gestor(es) do presente contrato o(s) Sr.(s) Marco Antônio Albano – Secretário Adjunto de Serviços Públicos, Água e Esgoto – CPF: 061.683.318-08; Marco Fábio Vanni Pompeu – Chefe do Setor de Manutenção Elétrica – CPF: 042.241.448-40 e Márcia Sabadin Inácio Gomes – Diretora do De-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



partamento de Administração e Atendimento – CPF: 116.202.838-67, ou outro(s) que venha(m) substituí-lo(s) para fiscalizar e acompanhar a realização do serviço do objeto contratual.

Cláusula 12º – DO FORO

12.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

12.2- E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

12.3 Prefeitura de Birigui, aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e dezessete.

Cristiano Salmeirão

Prefeito Municipal

Contratada

Eldir Paulo Scarpin

Secretário de Serviços Públicos, Água e Esgoto

TESTEMUNHAS

RG:

RG: